

Transferência e diferença. Condição do tradutor, condição da tradução*

Transfert et différence. Condition du traducteur, condition de la traduction

Michel Riaudel¹
Tradução de Raquel Peixoto do Amaral Camargo²

RESUMO: O presente texto, tomando como ponto de partida a conhecida noção de fidelidade, nos apresenta dois pressupostos (fábulas) que justificariam a persistência da tradicional fórmula *Traduttore, traditore*: o positivismo redutor que trata a língua como um simples receptáculo e a noção de que a tradução é, necessariamente, pior do que o original. Num segundo momento, propõe-se um desvio que retira a noção de fidelidade do centro do pacto tradutológico e, em seu lugar, instala a noção de transferência. *Transferir* torna-se então a razão pela qual traduzimos. E, nesse processo, se a noção de identidade é fundadora da tradução, é na diferença que ela se realiza: é nos desvios que ela encontra a sua “condição de existência”.

PALAVRAS-CHAVE: Transferência. Tradução. Diferença.

RÉSUMÉ: Dans cet article, nous partons de la notion très répandue de fidélité pour en tirer deux hypothèses (fables) justifiant la persistance traditionnelle de la formule *Traduttore, traditore* : le positivisme réducteur qui voit la langue comme un simple réceptacle et l'idée selon laquelle la traduction est nécessairement moins bonne que l'original. L'idée est de décentrer, au moyen d'un détour, la notion de fidélité du pacte traductologique. À sa place, nous installons la notion de transfert. Transférer devient donc la raison par laquelle nous traduisons. Si l'identité est le fondement de la traduction, c'est dans la différence et dans les « détours » qu'elle se réalise, qu'elle trouve sa condition d'existence.

MOTS-CLÉ: Transfert. Traduction. Différence.

¹ Michel Riaudel é Diretor do Departamento de Estudos Lusófonos da Faculdade de Estudos Ibéricos e Latino-americanos (Sorbonne Université) e membro do Centro de Pesquisas Interdisciplinares sobre os Mundos Ibéricos Contemporâneos (Crimic). Email: m.riaudel@orange.fr. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7084-678X>.

² Raquel Camargo é doutora em Letras pela USP, tradutora e editora na Editora 34. Email: raquelcamargo7@hotmail.com.

*Artigo recebido em 28 de outubro de 2023 e aceito para publicação em 30 de novembro de 2023.



“A equivalência na diferença é o problema
fundamental da linguagem [...]”
Roman Jakobson, Ensaio de linguística geral.

Traduttore, traditore. Seremos perdoados por começarmos essa reflexão por um lugar comum, já tantas vezes explorado? É que, admitamos, é exatamente essa repetição que nos compele a voltar a ele, para sair de um ciclo pretensamente virtuoso que nos faz girar em círculos; para reconsiderar o que parece óbvio, mas que, na realidade, é tudo menos óbvio. A mensagem implícita dessa máxima estaria tão bem embutida que dispensaria explicação? Na realidade, esse implícito circula sem que se tenha consciência dele. Estamos diante de um pensamento pronto que, enquanto tal, convoca uma espécie de arqueologia. Como encontrá-la? Duas fábulas, poderíamos dizer: a *língua positiva* e a *palavra platônica*.

Em um certo aspecto, uma espécie de positivismo reduz a língua a um receptáculo ou uma simples função. As palavras comunicam, dizem um sentido que lhes é exterior ou veiculam esse sentido, o que dá no mesmo quando se trata de postular a autonomia do *significado*. O fato de existir uma diversidade de línguas não muda nada nesse modo de conceber o mundo como o entreposto único das coisas, realidades e noções universais, a serviço das quais foram inventados sintaxes e dicionários: haveria sempre uma transitividade entre os idiomas, uma possibilidade de equivalência. Por trás da descontinuidade dos significantes, estaria a harmoniosa continuidade do fato, da ideia. O tradutor que não se coloca a serviço dessa transparência, peca por diletantismo ou incompetência; ele se liberta do dever de fidelidade apostando na ignorância do seu público de leitores. Não é isso que Du Bellay condena ao transpor a fórmula italiana?

Mas o que direi de alguns, realmente mais dignos de serem chamados de *traditores* do que de tradutores? Pois eles traem aqueles que se comprometem a expor, frustrando-os em sua glória e, pelos mesmos meios, seduzindo leitores ignorantes, induzindo-os a tomar o preto pelo branco. Para serem chamados de eruditos, traduzem a crédito línguas cujos primeiros elementos nunca escutaram [...] (DU BELLAY, s/d).

O curioso é que, passada a frenética francização da cultura modelo do Renascimento, defesa e ilustração obrigam³, a expressão só se populari-

³ Referência à expressão *noblesse oblige*, que, em português, costuma ser traduzida como “a nobreza obriga” [N.T.].



zou entre nós (e depois se estabeleceu) em italiano, de tal modo que, hoje, dificilmente compreenderíamos *traditor*. A paranomásia, que é o charme e a eficácia do adágio, e que na verdade também lhe serve de argumentação, é evidentemente *intraduzível*. Dito de outro modo, há algo que emerge da fórmula, contra a língua instrumental, contra o que ela se propõe a dizer, isto é: não depende unicamente da competência ou da seriedade do tradutor que sua tradução seja igual ao original. Toda tradução, ao passar de um sistema linguístico para outro, está sujeita a deixar na beira do caminho um resto, que apenas determinada forma, determinada língua seria capaz de expressar tal qual. Haveria, portanto, uma opacidade própria à língua.

E com isto jogamos água no moinho da outra fábula, que afirma que uma tradução é necessariamente pior do que o original, que ela sempre decepiona por não saber dar conta de todas as sutilezas do seu modelo. Como a sombra que se agita no fundo da caverna, ela nunca passará de uma pálida cópia, de um simulacro enganador do texto original, e nesse sentido, um sucedâneo que, se pudermos, é melhor dispensar. Por trás da universalidade dos signos, manifesta-se um sentido cujo fio condutor seria sempre rompido na cadeia de transmissão. Do otimismo desatento do racionalismo, aos olhos do qual tudo que se concebe tem o poder de se traduzir claramente, desde que não venha se interpor a falta de habilidade – consciente ou não – do intérprete, passamos à perspectiva mais sombria segundo a qual o único mérito do tradutor seria o de, na melhor das hipóteses, ter evitado o pior. O que fazer, então, com esse lastimável instrumento que é a tradução, se ela está congenitamente fadada à decepção e à infidelidade?

Desse preâmbulo, nosso leitor talvez conclua que, ao buscar a posição razoável, o intérprete tem por missão encontrar um lugar mediano para suas empreitadas, nem confiante demais, nem retraído demais, entre o erro que contraria a norma, imanente ao discurso, e a maldição transcendente, o pecado original herdado de Babel. Mas isso seria parar a análise no meio do caminho. Pois por mais inadequados que os pontos de vista aqui comparados possam parecer, eles podem ser úteis apesar de tudo, e – na medida em que uma ideia não é em si mesma falsa, mas apenas “mutilada” e “confusa”⁴ – igualmente ricos em reflexão. Se eles entreveem apenas parcialmente o que pode estar em jogo numa tradução, seria menos por uma cegueira intrínseca do que pelo ângulo defeituoso que adotam, isto é, nos dois casos, o de uma relação matrimonial com o texto traduzido, que simultaneamente coloca como estática a relação do original com sua tradução. No melhor dos

⁴ “A falsidade das ideias consiste na privação de conhecimento que as ideias inadequadas, isto é, as ideias mutiladas e confusas, envolvem.” (ESPINOSA, s/d).



casos, o objetivo é um jogo de soma-zero, no qual o novo texto (traduzido) terá transposto sem desperdício sua matriz.

Em cada hipótese, uma questão deontológica é colocada em primeiro plano, exigência certamente necessária, mas que logo demanda por um protesto e uma reserva. Primeiro o protesto: nós nos casamos para não trair? Traduzimos *para* sermos fiéis? Se a “fidelidade” é uma condição da tradução, ela não pode ser vista como o seu motor, como a sua finalidade. Ao colocar a fidelidade no centro do pacto, esquecemos para que uma tradução é feita: transferir. Transferir de uma língua à outra, de uma cultura à outra, imagens, uma história, sensações, ideias... Assim como nos casamos por amor – ou por interesse – o ponto de partida e de chegada de uma tradução reside não numa ampliação dos signos (que faria da tradução uma técnica), mas no poder de significar, numa potência: o desejo (o do tradutor ou, no caso de um “casamento arranjado”, o do mandatário que o tradutor terá que contemplar) de compartilhar um prazer de leitura, de dar a conhecer, descobrir...

É nesse aspecto que nem o texto de partida nem o texto de chegada podem sair incólumes dessa experiência, pois algo de cada conjunto (língua, cultura, literatura), pela própria existência dessa tradução, será modificado. Se isso não acontece, é porque a tradução se perdeu no caminho. No coração da atividade tradutória, dessa operação de transferência que é a tradução, é preciso inserir uma *falta* na cultura alvo⁵ ou, o que acaba dando no mesmo, uma *estranheza* na cultura fonte, o elemento literalmente palpitante do traduzir. Fazer do texto o *albergue do longínquo*, submetê-lo à *prova* do descentramento, do deslocamento. Teremos reconhecido de passagem alusões a duas obras centrais, pilares da tradutologia contemporânea, em que se paga nossa dívida com Antoine Berman⁶: tal como o etnólogo, o tradutor tem por tarefa “levar o leitor ao estrangeiro ou levar o estrangeiro ao leitor” (BERMAN, 1985, p. 284)⁷. A fidelidade, por sua vez, ao pairar em algum lugar acima dos rascunhos e esboços em gestação, diz mais sobre o superego do tradutor.

Esqueçamos por um instante o tom de protesto para abordar a reserva anunciada mais acima, que nos permitirá avançar um pouco. Suponhamos mais uma vez que a fidelidade possa ser o alfa e o ômega da tradução. Logo

⁵ Mas também, a bem dizer, uma falta na cultura fonte, que a tradução vem preencher ao desdobrar o que, no original, estava à espera de desenvolvimento...

⁶ *L'Épreuve de l'étranger. Culture et traduction dans l'Allemagne romantique*, Paris, Gallimard, col. “Tel”, 1984; e *La Traduction et la Lettre ou L'Auberge du lointain*, Paris, ed. do Seuil, 1999. Citaremos esse texto (abreviado como *Albergue do Longínquo*) em sua primeira edição: Antoine Berman, “La traduction et la lettre ou l'auberge du lointain”, in Antoine Berman, Gérard Granel, Annick Jaulin et al., *Les tours de Babel: essais sur la traduction*, Mauvezin, Trans-Europ-Repress, 1985.

⁷ Não é indiferente que esse descentramento do olhar dirigido à tradução tenha se operado, ele também, por um desvio, o das teorias alemães, inspirado, portanto, numa tradição que “se definiu por oposição à [...] cultura francesa clássica”, *ibid.*, p. 279.



se coloca a questão do complemento. Fiel, que seja, mas a quem, a quê? E assim retornam os eternos debates: devemos manter a rima de um poema ou priorizar o “sentido”? Mas e se consideramos que a rima, a estrutura da estrofe e a métrica também são produtoras de sentido, isto é, compõem com a “base”...? O mesmo dilema embaraça a prosa, no caso dos jogos de homofonia, aliteração ou assonância.

À semelhança da paranomase inicial, podemos acrescentar um exemplo retirado de um trabalho de legendagem. Na versão brasileira de *My Fair Lady*, o exercício fonético ao qual o *pygmalion* dessa comédia⁸, o professor Higgins, submete a florista – pronunciar corretamente “The rain in Spain stays mainly in the plain”⁹ – é restituído como “O rato roeu a roupa do rei de Roma”. Oportuno achado, com toda certeza, pois teria sido um absurdo traduzir a fórmula ao pé da letra. mas que torna incompreensível a sequência do filme. Após semanas de esforços que beiram a tortura, quando Eliza Doolittle, a cobaia, consegue finalmente produzir uma articulação satisfatória, digna da boa sociedade inglesa, todos explodem de alívio e alegria, imitando uma tourada ou improvisando passos de flamengo... O espectador brasileiro não anglófono não perceberá nada da derivação espanhola inspirada na frase.

O episódio é certamente acessório no filme, mas ele dá uma ideia das dificuldades que o tradutor precisa enfrentar. Uma frase cujo alcance inicialmente era apenas fonético, e que poderia ser transposta por uma homofonia da mesma ordem, sem considerar o significado preciso das palavras, desencadeia comportamentos “delirantes”, completamente ancorados na associação semântica. Não é apenas o encontro absurdo entre corrida, flamengo e Roma que causa espanto, mas o desaparecimento do fundo metonímico desse acesso de loucura dos personagens. Podem argumentar, e com razão, a dificuldade de tradução dos jogos de significantes, ainda mais quando neles se enxertam de forma independente jogos de significados. Tomemos, pois, outro exemplo.

Um romance brasileiro, que tem por título *Agosto*¹⁰, foi intitulado em francês *Un été brésilien* [Um verão brasileiro]. Mesmo supondo que a escolha foi feita com todo conhecimento de causa pelos editores (o tradutor, ao que parece, em nada interferiu), com a intenção de conferir ao adjetivo “brasileiro” um valor determinativo que torna aquele verão diferente de um verão no hemisfério norte, mesmo admitindo que se possa qualificar de ve-

⁸ O filme de George Cukor foi adaptado de uma peça de George Bernard Shaw, *Pygmalion*. Poderíamos igualmente comentar a “tradução” cinematográfica do título teatral, em que se perde a associação mitológica com o escultor que dá vida a uma estátua inerte, sugerindo assim o status de objeto contra o qual a florista se rebela.

⁹ Literalmente: a chuva na Espanha cai principalmente na planície.

¹⁰ Rubem Fonseca, *Agosto*, Rio de Janeiro: Record, 1990. *Un été brésilien*, trad. Philippe Billé, Paris, Grasset, 1993.



ção o agosto austral do Rio de Janeiro, não podemos deixar de nos perguntar se o resultado está apto a explicar ao leitor por que o personagem principal treme de frio recorrentemente ao longo de toda a história. No esforço de aclimatar o título a referências familiares, inverte-se as estações, exigindo em contrapartida do leitor, no mínimo, um esforço a mais de leitura.

Vemos aqui abrirem-se brechas de discussões e controvérsias acerca de aspectos ainda menores. Mas abismos de querelas e polêmicas engoliram projetos de tradução muito mais massivos e rigorosamente debatidos em torno dos “grandes” textos: as incontáveis versões de Dante, de Shakespeare...e, claro, da Bíblia. Ainda que deixemos de lado a monumental questão do estabelecimento do texto, que negligenciemos o problema bastante delicado de saber o que se inclui ou não no Antigo Testamento, bem como as ambiguidades que nascem da vocalização incerta da transcrição hebraica, iremos nos deparar com pequenos obstáculos desde o título do primeiro livro do “Pentateuco”. Deve-se escolher a indeterminação de “Gênesis”, a exemplo do genebrino Louis Segond e da “Pléiade”¹¹ ou “A Gênese”, versão católica ligeiramente ampliada¹² Devemos optar por “No princípio” ou “Entête”¹³, numa tradição hebraizante que resiste à helenização das *Escrituras imposta pela tradição cristã*?¹⁴ Ou não escolher, justapondo “Premiers”¹⁵ e “Gênesis”, como na nova tradução publicada pelas edições Bayard?¹⁶

O exercício de comparação e confrontação poderia continuar quase indefinidamente no corpo do texto, como por exemplo, a respeito das traduções “Javé” e “Elohim”, tanto concorrentes, quanto concomitantes... Em cada caso, seria possível esclarecer, explicar cada decisão tomada, cada lógica interpretativa. O recuo do qual dispomos hoje deixa claro que podemos nos digladiar por questões de tradução¹⁷, o que confere ao nosso assunto toda a sua importância e seriedade, mas também mostra que talvez existam

¹¹ *La Sainte Bible* [A Santa Bíblia], traduzida por Louis Segond (Sociedade Bíblica de Genebra) se inscreve, claro, numa tradição protestante. A outra ilustra uma tradição histórico-crítica: *La Bible* [A Bíblia], Édouard Dhorme (org.), Paris, Gallimard, col. “Biblioteca da Pléiade” tomo I: Antigo Testamento, 1956.

¹² Duas versões predominantemente católicas: a versão dominicana, *La Bible de Jérusalem* [A Bíblia de Jerusalém], traduzida pela Escola Bíblica de Jerusalém (org.), Paris, ed. do Cerf, 1998; a outra, que busca promover o ecumenismo cristão, é conhecida pela abreviação “TOB”: *traduction œcuménique de la Bible* [tradução ecumênica da Bíblia], Paris, Le Livre de Poche.

¹³ Tradução literal do hebraico, *bereshit*; em português, pode ser traduzido como: Na cabeça. [N.T.].

¹⁴ Henri Meschonnic: *Au commencement: Traduction de la Genèse* [No princípio: Tradução do Gênesis], Paris, Desclée de Brouwer, 2002; e *La Bible* [A Bíblia], trad. André Chouraqui, Paris, Desclée de Brouwer, 1974-1979.

¹⁵ Em português, literalmente, Primeiros [N.T.].

¹⁶ *La Bible* [A Bíblia], Frédéric Boyer (org.), Paris, Bayard, Montréal: Médiaspaul, 2001. Esse primeiro livro foi traduzido por Frédéric Boyer e Jean L’Hour.

¹⁷ Cabe lembrar que essa foi uma das questões do cisma da Reforma, com a versão alemã de Lutero, doravante canônica no espaço germânico, e os defensores da *Vulgata* Latina de São Jerônimo, que já era uma tradução, porém com a vantagem de conservar para o clero “esclarecido” o acesso direto às Escrituras Sagradas.



maneiras mais pacíficas de conceber os debates, para não desembainhar as espadas, nem tampouco renunciar à vivacidade e ao rigor necessários.

Em todo caso, esses exemplos provam que nem sempre podemos decretar facilmente que a tradução falhou, que traiu, e seu responsável também. Boa parte das vezes, ambos passaram por leituras e interpretações, ou seja, fizeram escolhas, deixando na sombra elementos que consideraram pouco importantes e valorizando outros como prioritários. Se adotarmos um ponto de vista normativo, o da “fidelidade”, que prevalece, por exemplo, para atribuir uma nota à tradução de um aluno, podemos sopesar essas arbitrariedades em termos de *falso-sentido* e contrassenso. De um ponto de vista analítico, por outro lado, podemos considerar, mesmo sem partir de uma abordagem axiológica – avaliação, classificação com base no mérito de cada uma das traduções “possíveis” de um mesmo texto –, que a multiplicidade de traduções (e a diversidade de soluções), frequentemente alimentada por um perpétuo movimento de retradução, invalida o postulado de uma “versão verdadeira”¹⁸ entre todas as outras. A rigor, numa perspectiva translativa, considerando a história da recepção crítica do original, podemos enxergar todas essas versões como o conjunto momentâneo, provisório das possíveis declinações de um determinado texto. E, como Lévi-Strauss acerca do mito, podemos falar da justaposição de planos na tradução, das diversas traduções, cujos “planos nunca são rigorosamente idênticos” (LÉVI-STRAUSS, 1974, p. 264).

Essa é, inclusive, a lição do *Albergue do Longíquo*: “em toda tradução” (BERMAN, 1985, p. 65)¹⁹, escreve Antoine Berman, opera um “sistema de deformação”. Porém, ali onde a exegese judaico-cristã lia uma maldição, a tradutologia não verá senão o jogo inevitável e necessário da transferência. A fábrica de identidade é portadora de diferença, uma vez que o tradutor está no cerne de uma tensão essencial entre o nós e o eles, entre o mesmo e o outro. O texto estrangeiro, introduzido numa outra língua, deslocado numa outra cultura, num outro contexto enunciativo, deve, por sua própria natureza (porque estrangeiro e, acrescentaríamos, *a fortiori* porque texto literário), devolver “de nós mesmos uma imagem na qual não nos reconhecemos” (MANIGLIER, 2005, p. 773-774). Sem *eles*, não há tradução. Sem *nós*, não há (re)conhecimento. Nesse entre-dois, a transferência opera seus compromissos. Dito de outra forma, uma tradução é sempre diferencial. Certamente ela aspira à semelhança, mas essa semelhança só pode ser entendida como uma diferença tendendo a \emptyset .

¹⁸ O mesmo discurso é sustentado por Lévi-Strauss a respeito das variantes do mito (LÉVI-STRAUSS, 1974, p. 251).

¹⁹ Itálico do autor.



Logo, a missão crítica do tradutor será a de trazer à consciência essa *curvatura* ou *inflexão* (DELEUZE, 1988, p. 20-21) de sua reescrita. Tal como um antropólogo, o tradutor (mas também o crítico) deve “aprender a se conhecer (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 48)”, iluminar o outro de si, o outro do eu – uma vez que sabemos que *eu é um outro* –, para avançar lúcido no caminho que visa tornar o outro um eu (LÉVI-STRAUSS, p. 49). Buscar compreender e justificar as escolhas feitas em uma tradução conduz não mais a uma alternativa do tipo verdadeiro/falso (com todas as gradações possíveis), mas a uma “*analítica da tradução*” (BERMAN, 1985, p. 46), a atualização do horizonte inscrito nas dobras e cavidades da nova versão. É por isso que, na fórmula “sistema de deformação”, não devemos escamotear a palavra “sistema”, enfatizando apenas a “deformação”. Esse sistema “amplamente inconsciente”, nos diz Berman, se apresenta “como um feixe de tendências, de forças que desviam a tradução da sua visada pura” (BERMAN, 1985, p. 46), mas que, no entanto, são a sua *condição* para existir.

Referências

- BERMAN, A. La traduction et la lettre ou l'auberge du lointain. In: BERMAN, A.; GRANEL, G.; JAULIN, A. *et al. Les tours de Babel: essais sur la traduction*. Mauvezin: Trans-Europ-Repres, 1985.
- DU BELLAY. *Défense et illustration de la langue française*, s/d.
- DELEUZE, G. *Le Pli. Leibniz et le baroque*. Paris: Ed. de Minuit, 1988.
- ESPINOSA. *A Ética*, s/d.
- FONSECA, R. *Agosto*. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- FONSECA, R. *Un été brésilien*, trad. Philippe Billé. Paris: Grasset, 1993.
- JAKOBSON, R. *Ensaio de linguística geral*. Paris: Ed. do Seuil, col. «Points», 1978.
- LA BIBLE**, trad. André Chouraqui. Paris: Desclée de Brouwer, 1974-1979.
- LA BIBLE**, Frédéric Boyer (org.). Paris: Bayard, Montréal: Médiaspaul, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, C. Jean-Jacques Rousseau fondateur des sciences de l'homme. In: **Anthropologie structurale II**. Paris: Pocket, col. «Agora», 1996 [Plon, 1973].
- LÉVI-STRAUSS, C. **Anthropologie structurale**. Paris: Pocket, col. “Agora”, 1974 [1ª ed.: Plon].
- MANIGLIER, P. “La parenté des autres (sobre Maurice Godelier, Métamorphoses de la parenté)”. **Critique**, n° 701, Paris, out. 2005, p. 773-774.
- MESCHONNIC, H. **Au commencement: Traduction de la Genèse**. Paris: Desclée de Brouwer, 2002.

